

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	----------

Capítulo I

AGENTES POLÍTICOS NÃO ESTÃO SUJEITOS À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	15
---	-----------

Alice Bianchini e Luiz Flávio Gomes

1. Improbidade administrativa, crime de responsabilidade, crime funcional e infração político-administrativa	15
1.1. Improbidade administrativa	16
1.1.1. A natureza jurídica das sanções decorrentes de improbidade administrativa previstas na Lei 8.429/92	16
1.2. Crime de responsabilidade e crime funcional	20
1.2.1. Imprecisão conceitual da expressão crime de responsabilidade nas normas constitucionais e infra-constitucionais	20
1.2.2. Os diversos sentidos da expressão “crime de responsabilidade”	31
1.3. As infrações político-administrativas	32
2. Cumulatividade ou não das sanções por crimes de responsabilidade e por atos de improbidade	34
2.1. Conceito de agente político e suas implicações no plano da improbidade administrativa	34
2.2. Responsabilidade e agentes políticos	35
2.3. Poder disciplinador constitucional	37
3. <i>Bis in idem</i> e as conseqüências no plano da improbidade administrativa	41
4. Referências bibliográficas	52

Capítulo II

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS NA EXECUÇÃO DE SENTENÇA	55
--	-----------

Ana Maria Goffi Flaquer Scartezzini

1. Da necessidade de processamento imediato do recurso e do pedido de efeito suspensivo	60
2. Da inaplicabilidade das Reformas Processuais ao Processo de Execução Fiscal	61

Capítulo III

POLÊMICA TRIBUTÁRIA ATUAL: IDENTIFICAÇÃO DAS REGRAS QUE REGEM O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	69
--	-----------

Andréa Mascitto

1. Execução do crédito fazendário	69
2. Alterações no Código de Processo Civil	70
2.1. Embargos à Execução	71

2.1.1. Prazo e garantia prévia	71
2.1.2. Efeito suspensivo	75
2.2. Penhora de Bens	81
2.3. Outras Alterações relevantes	85
3. Panorama tributário	86
4. Sistematização das normas	87
5. Correntes interpretativas das regras atuais da Execução Fiscal	89
6. Conclusão	89

Capítulo IV

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O DESVIO DE PODER 91

Carolina Zancaner Zockun

1. Do Princípio da Legalidade	91
2. Da Função Administrativa	93
3. Do Exercício da Competência Discricionária	95
4. Do Desvio de Poder	97
5. Dos instrumentos existentes para a restauração da legalidade	104
6. Conclusões	109
7. Bibliografia	110

Capítulo V

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS POLÊMICOS 113

Cássia Hoshino

1. Introdução	113
2. Fundamentação Legal do Sistema de Registro de Preços — A Lei nº 8.666/93	117
3. O Decreto Federal nº 3.931/01	119
4. Aspectos Gerais do Sistema de Registro de Preços	121
5. O Objeto do Sistema de Registro de Preços	126
6. As Modalidades e Tipo de Licitação que antecedem o Registro de Preços	128
7. A Natureza Jurídica da Ata de Registro de Preços	129
8. Vantagens e Desvantagens do Registro de Preços	130
9. Aspectos polêmicos do Sistema de Registro de Preços	131
9.1. Obrigatoriedade ou não de utilização do Sistema de Registro de Preços pela Administração	131
9.2. Acréscimos e Supressões	134
9.3. Contratos oriundos da ata de registro de preços e seu prazo de vigência	136
9.4. Utilização da ata de registro de preços por várias unidades administrativas — o carona	139
10. Conclusão	145

Capítulo VI

USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO — FUNÇÃO SOCIAL

DA POSSE 151

Celso Cocco

1. Introdução	151
2. Usucapião especial individual	154
2.1. <i>Res habilis</i>	155
2.2. Tempo da posse e características da posse	157
3. Usucapião especial coletivo	159
3.1. Constitucionalidade	160
3.2. <i>Res habilis</i>	161
3.3. Legitimidade	162
3.4. Posse	166
3.5. Condomínio indivisível	166
4. Disposições comuns às duas modalidades	167
4.1. Impossibilidade de usucapião de imóveis públicos	167
4.2. Ações possessórias e petitorias relativas ao imóvel usucapiendo ficam sobrestadas, até o deslinde da ação de usucapião	168
4.3. Alegação do usucapião especial em contestação	168
4.4. O § 2º do art. 12 confere ao autor da ação os benefícios da assistência judiciária e a gratuidade do registro da sentença	169
5. Usucapião especial e meio ambiente	170

Capítulo VII

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS EM LICITAÇÃO — TRATAMENTO DISPENSADO PELAS LEIS 8.666/93 E 8.987/95

Cristiana Fortini

1. Introdução	173
1.1. A licitação e os princípios jurídicos	173
1.2. Os princípios da igualdade, da razoabilidade e da proporcionalidade	174
2. O consórcio de empresas	175
3. O tratamento dispensado pela Lei nº 8.666/93	177
4. O tratamento dispensado pela Lei nº 8.987/95	184
5. Conclusão	189

Capítulo VIII

DESCONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PESSOA JURÍDICA

Diogenes Gasparini

1. Introdução	191
2. Pessoa jurídica	192
3. Uso da pessoa jurídica	194
4. <i>Disregard doctrine</i>	195
5. Instituto da Teoria Geral do Direito	196
6. A disregard no Direito Administrativo	198
7. Decretação judicial	200
8. Decretação administrativa	201
8.1. Princípio do dever-poder de agir	202
8.2. Princípio do interesse público	203

8.3. Princípio da moralidade administrativa	204
8.4. Exigências	205
8.4.1. Princípio da legalidade	205
8.4.2. Princípio do devido processo legal	207
8.4.3. Princípios do contraditório e da ampla defesa	208
8.5. Aspectos procedimentais	209
8.5.1. Instauração do processo	210
8.5.2. Intimação da acusada	210
8.5.3. Motivo	211
8.5.4. Competência decisória	212
8.6. Ato de decretação	213
8.7. Efeitos e alcance da decretação	214
8.8. Recursos	215
9. <i>De lege ferenda</i>	216
10. Conclusões	217
11. Bibliografia	218

Capítulo IX

SERVIÇO PÚBLICO E A INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 221

Fabrizio Bolzan

1. Introdução	221
2. Definição de Serviço Público	222
2.1. Breves noções históricas sobre a origem da definição de Serviço Público	222
2.2. O Serviço Público na Constituição da República de 1988	223
2.3. Definição de Serviço Público na visão da Doutrina Administrativista Brasileira	224
3. Regime Jurídico dos Serviços Públicos	226
3.1. Breves considerações sobre o Regime Jurídico Administrativo	226
3.2. Princípios específicos do Regime Jurídico do Serviço Público	226
4. Relação Jurídica de Consumo	229
4.1. Elementos da Relação Jurídica de Consumo	229
4.2. Definições de Consumidor no CDC	229
4.3. Definição de Fornecedor no CDC	233
4.4. Definição de Serviço no CDC	234
5. Serviço Público e a Relação Jurídica de Consumo	234
5.1. Da relação existente entre Usuário de Serviço Público e Consumidor	235
5.2. Poder Público e seus Delegados como Fornecedores	238
5.3. Serviço Público como Objeto da Relação de Consumo	241
6. Princípio da Continuidade do Serviço Público	249
6.1. Visão geral sobre o tema	249
6.2. Inadimplemento do Usuário e Interrupção do Serviço — Doutrina	250
6.3. Inadimplemento do Usuário e Interrupção do Serviço — Jurisprudência STJ ...	253
7. Conclusão	255

Capítulo X

CONCURSOS PÚBLICOS: ACESSIBILIDADE E GRANDES POLÊMICAS . 257

Fernanda Marinela de Sousa Santos

1. Acessibilidade	257
2. Concurso público	258
2.1. Exceções ao concurso público	262
2.1.1. A atual situação das Empresas Estatais	264
2.1.2. Os Conselhos de Classe	267
2.2. Requisitos para concurso	271
2.2.1. Regras para inscrição	273
2.2.2. Limite de idade	273
2.2.3. Exame Psicotécnico	276
2.2.4. Atividade Jurídica	278
2.3. Mudança no edital de concurso	281
2.4. Prazo de validade	283
2.5. Direito à nomeação	284
2.6. Realizar novo concurso público	289
2.7. Concurso Público e a possibilidade de controle	290
2.8. Nulidades do concurso público ou da investidura	292
3. Nepotismo	294
4. Conclusão	299

Capítulo XI

O CUMPRIMENTO DAS SENTENÇAS QUE RECONHEÇAM

OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER CONTRA O PODER PÚBLICO . 301

Fernando da Fonseca Gajardoni

1. Considerações preliminares	301
2. Tutela específica x tutela reparatória ou ressarcitória	302
3. Processo sincrético e emprego das técnicas executiva e mandamental	303
4. Tutela específica e defesa do devedor	305
5. Tutela específica contra o Poder Público	306
6. Tutela específica e obtenção do resultado prático equivalente (art. 461, <i>caput</i> , do CPC)	307
7. Perdas e danos (art. 461, § 1º, do CPC)	309
8. Tutela específica antecipada (art. 461, § 3º, do CPC)	311
9. Multa (art. 461, §§ 2º, 4º e 6º, do CPC)	312
10. Medidas de apoio (art. 461, § 5º, do CPC)	317
11. Prisão civil como medida de apoio	318
12. Bibliografia	319

Capítulo XII

O ADVOGADO PÚBLICO NA FUNÇÃO CONSULTIVA, OS PARECERES

JURÍDICOS E A RESPONSABILIDADE DELES DECORRENTE 321

Gustavo Henrique Pinheiro de Amorim

1. O Advogado Público	321
2. Regime Jurídico do Advogado Público	322
3. A função contenciosa e a função consultiva dos Advogados Públicos	324
4. O advogado público na função consultiva	325
5. O parecer jurídico	326
5.1. Conceito	326
5.2. Natureza jurídica dos pareceres	328
5.3. Estrutura do parecer jurídico	330
5.4. Classificação dos pareceres	332
6. Responsabilidade decorrente da emissão de pareceres jurídicos	334
6.1. Responsabilidade pela inércia na emissão do parecer jurídico	334
6.2. Responsabilidade pela emissão de parecer em ato posteriormente tido como irregular	336
6.3. Comentários à decisão do STF no MS 24.631/DF e no MS 24.584/DF	341
6.4. Responsabilidade do administrador público que age com base no parecer jurídico	349

Capítulo XIII

A DESAPROPRIAÇÃO E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE 351

José dos Santos Carvalho Filho

1. Introdução	351
2. Desapropriação	353
3. Princípios constitucionais	356
4. Motivo e objeto expropriatórios	358
5. Princípio da proporcionalidade	360
6. Controle expropriatório e princípio da proporcionalidade	362
7. Um caso emblemático	366
8. Conclusão	369
9. Referências bibliográficas	370

Capítulo XIV

ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA 373

Leonardo José Carneiro da Cunha

1. Tratamento constitucional da desapropriação	373
2. Normas que regulam o procedimento judicial da desapropriação	375
3. Jurisdição para o processamento e julgamento da desapropriação	375
4. Competência para processar e julgar a desapropriação	378
5. Cognição judicial na desapropriação	385
6. Legitimidade ativa e passiva	387
7. Resposta do réu na desapropriação	388
8. Revelia na desapropriação	389
9. Inadmissibilidade de oposição na desapropriação	391
10. Imissão provisória na posse	391
11. Imissão provisória na posse de imóveis residenciais urbanos	395

12. Desistência da desapropriação	395
13. Correção monetária, Juros moratórios e Juros compensatórios na desapropriação	397
14. Custas e honorários na desapropriação	399
15. Reexame necessário e recursos na desapropriação	400
16. Coisa julgada na desapropriação	401

Capítulo XV

O CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO DA DENGUE E A

INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO 403

Luis Manuel Fonseca Pires

1. Introdução	403
2. Noções propedêuticas sobre as limitações administrativas (“poder de polícia”)	404
2. 1. O ranço autoritário da noção jurídica de “poder de polícia”	404
2. 2. Como proceder à substituição das expressões	408
2. 3. Definição de limitação administrativa à liberdade e à propriedade	409
2. 4. A auto-executoriedade das limitações administrativas	411
3. A inviolabilidade do domicílio	415
4. O controle epidemiológico da dengue e a inviolabilidade do domicílio	415
5. Bibliografia	419

Capítulo XVI

DOS ATRIBUTOS E DA EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 423

Maurício Zockun

1. Introdução	423
2. Morfologia do ato administrativo	425
2.1. Conceito doutrinário de ato e fato jurídico e de ato administrativo	425
2.2. Exame crítico dos conceitos doutrinários de ato e fato jurídico e ato administrativo	429
3. Existência, Validade, Vigência e Eficácia	435
3.1. A doutrina sobre os atributos dos atos jurídicos	435
3.2. A existência da norma está sujeita a sua recognoscibilidade social?	437
3.3. O efeito da retirada dos atos administrativos: perda de validade, vigência ou eficácia?	439
4. A extinção dos atos administrativos	440
4.1. Catálogo das hipóteses de extinção dos atos administrativos	440
4.2. O modelo lógico capaz de revelar as hipóteses de extinção dos atos administrativos	445

Capítulo XVII

MANDADO DE SEGURANÇA, TERMO A QUO DO PRAZO

DECADENCIAL E CONCURSOS PÚBLICOS 453

Rafael Maffini

1. Introdução	453
---------------------	-----

2. Concursos públicos e o termo inicial do prazo decadencial	455
3. A Súmula 266 do Supremo Tribunal Federal	459
4. Conclusões específicas	464

Capítulo XVII

A IMPESSOALIDADE, A MORALIDADE E A BOA-FÉ OBJETIVA NAS LICITAÇÕES: ASPECTOS CONTROVERSOS DA INEXIGIBILIDADE E DO PATROCÍNIO PRIVADO EM FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 467

Raquel Melo Urbano de Carvalho

1. A força coercitiva dos princípios no procedimento licitatório	467
2. A moralidade no procedimento licitatório	469
3. A impessoalidade no procedimento licitatório	473
4. A boa-fé objetiva no procedimento licitatório	476
5. Repercussões práticas dos princípios da moralidade, da impessoalidade e da boa-fé objetiva no instituto da inexigibilidade de licitação	483
5.1. A inexigibilidade no caso de serviços singulares e os princípios constitucionais.	483
5.2. Da necessidade de procedimento no caso de patrocínio em projetos públicos	487

Capítulo XIX

OS GOLPES APLICADOS CONTRA A EFICÁCIA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA 493

Rita Tourinho

1. O surgimento da improbidade administrativa no ordenamento jurídico brasileiro.	493
2. Da eficácia social da Lei de Improbidade e as manobras realizadas no sentido de abatê-la	495
2.1. Da eficácia social da Lei de Improbidade Administrativa	495
2.2. Da medida provisória nº 2.225-45: primeiro golpe aplicado com conseqüências procrastinatórias	496
2.3. Da Lei nº 10.628/02: tentativa inconstitucional de estabelecer o foro por prerrogativa	498
2.4. Da Reclamação nº 2.138	500
2.5. Do Projeto de Emenda Constitucional nº 358/2005	502
2.6. Do Tribunal Superior da Probidade Administrativa — TSPA	504